



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Data	Órgão Solicitante	Número da requisição
09/12/2022	Secretaria Municipal de Administração	60475/2022

1. OBJETO:

O presente termo de referência tem por objeto a contratação empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis acerca do item abaixo descrito, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

ITEM	Descrição
01	<p>Fornecimento de apólice de seguro do imóvel que abriga o Centro de Documentação – CEDOC, dos bens móveis e equipamentos em geral, localizados na Rua Natal nº 935, Bairro Brasil</p> <p>Coberturas básicas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Incêndio, raio, explosão e implosão• Vendaval, fumaça, furacão, ciclone, tornado e granizo• Danos elétricos e curto circuito• Tumultos, greves, lockout, atos de vandalismo e atos dolosos• Cobertura total de vidros• Roubo e furto mediante arrombamento• Desmoronamento• Responsabilidade civil e Operações• Perda/Pagamento de aluguel• Impacto de veículos• Recomposição de Documentos



	1. Franquia: 10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 2.000,00
--	---

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

O objeto do presente termo se refere ao Fornecimento de apólice de seguro do Centro de Documentação – CEDOC, dos bens móveis e equipamentos em geral, localizados na Rua Natal nº 935, Bairro Brasil

1.1. O Seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

1.1.1. Cobertura Básica, isenta de franquia, contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos;

1.1.2. Coberturas Acessórias para danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (sprinklers), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação, recomposição de registros e documentos.

1.1.3. O seguro contra incêndio deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências.

1.3.1. Se danos múltiplos e/ou sucessivos forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito perfeitamente definida, O CONJUNTO, FORMADO POR TODOS ELES, SERÁ INTERPRETADO COMO UMA ÚNICA "OCORRÊNCIA".

1.4. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável à CONTRATANTE, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

1.5. Os eventuais desembolsos efetuados pela CONTRATANTE, decorrentes de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estão garantidos pelo presente seguro, limitados, porém, ao limite máximo de indenização da cobertura afetada pelo sinistro, quando não contratada cobertura específica. 6.6. O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições deste contrato, será constituído pela soma das seguintes parcelas:

1.6.1. Despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;

1.6.2. Valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

1.7. De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:

1.7.1. Despesas de salvamento, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;

1.7.2. Valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;

1.7.3. Danos sofridos pelos bens segurados.



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

1.8. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO:

Valor de cobertura Básica - VCB	
Descrição	Valor
Incêndio, raio, explosão e implosão	R\$ 2.440.740,12
Vendaval, fumaça, furacão, ciclone, tornado e granizo	R\$ 2.440.740,12
Danos elétricos e curto circuito	R\$ 195.259,21
Tumultos, greves, lockout, atos de vandalismo e atos dolosos	R\$ 146.444,41
Cobertura total de vidros	R\$ 73.222,20
Roubo e furto mediante arrombamento	R\$ 14.644,44
Desmoronamento	R\$ 756.629,44
Alagamento e inundação	R\$ 195.259,21
Recomposição de registro de documentos	R\$ 100.000,00
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 200.000,00

2. Orçamento estimativo

A despesa (prêmio) com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 41.732,32 (Quarenta e um mil, setecentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos), considerando-se a apólice atual acrescida da atualização do INPC acumulado nos 12 (doze) meses anteriores ao termo de requisição, fixados em 6,46%.



3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A Coordenadoria Geral de Patrimônio – SMA, providenciará procedimento para contratação de seguradora para apólice do bem ora descrito e objeto deste Termo de referência.

4. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

A definição da modalidade licitatória a ser adotada na presente contratação é de responsabilidade da Diretoria de Compras, conforme previsão legal sendo que o critério de julgamento será o de MENOR VALOR.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E CORRETORAS:

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

5.1 Da Participação de corretora na licitação

5.1.1 O contrato objeto desta licitação será celebrado com sociedade seguradora, devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

5.2. Visando o interesse público, não será contratada entidade submetida a regime especial junto à SUSEP.

5.3. O pregoeiro poderá consultar o site da SUSEP para verificação dos itens 3.1 e 3.2 acima.

5.4. O objeto do contrato não será intermediado por corretor ou empresas de corretagem.

5. Além do exposto, há as associações e cooperativas de seguros que também não estão autorizadas pela SUSEP a comercializar seguros (<http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/orientacao-aoconsumidor/associacoes-e-cooperativas-isso-e-seguro>).

5.6 Justificativa para exceção do artigo 48, I da Lei Complementar nº 123

O município de Uberlândia, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração pretende realizar processo licitatório com vistas à contratação de seguro para o prédio da DAD – Diretoria de Armazenagem e Distribuição dos bens móveis e equipamentos em geral.

Dispõe o art. 48, inciso I, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que a administração Pública *“Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até 80.000 (oitenta mil reais)”*

Embora o valor estimado seja R\$ 26.508,54 (Vinte e seis mil quinhentos e oito reais e cinquenta e quatro centavos), o que ensejaria que a presente licitação ocorresse com a exclusividade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno porte, a Lei Complementar 123/2006 prevê em seu art. 48 inciso I e 49 II, que não será aplicada a preferência quando *“Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório”*

Ressalta-se que é vedada a interveniência de corretores ou intermediário, tanto no ato da contratação, quanto durante a vigência do ajuste, com admissão apenas que a entidade seguradora contrate serviços de assistência técnica de empresa administradora de seguros, por força do art.16 parágrafo 3º do decreto nº 60.459 de 13 de março de 1967

Do que podemos depreender que, para a contratação direta de seguradora, se faz necessário que figure como contratada a sociedade anônima, constituída sob a forma de sociedade por ações

Entretanto, o Art. 3º, caput, da LC nº 123/2006 não contempla a sociedade por ações entre formas societárias que podem ser consideradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, determinando, ainda, em seu parágrafo 4º, que a pessoa jurídica



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

constituída sob a forma de sociedade por ações, não pode se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Diante do exposto, temos a impossibilidade do processo licitatório ser exclusivo a microempresas ou empresas de pequeno porte, devido ao fato de que não há fornecedores assim enquadrados capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, que deverá vedar a utilização de corretoras, em respeito ao art. 16 parágrafo 3º, do decreto nº 60.459/67.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1. Prazo da prestação dos serviços:

Da apólice

6.1. A emissão da apólice, certificado ou endosso será feita em até 15 (quinze) dias contados da data da assinatura do contrato.

6.2. A vigência das apólices de seguro é de 12 (doze) meses, contados da data de sua emissão.

6.3. Da apólice, deverão constar, além destas Condições Gerais, das Condições Especiais e, quando houver, das Condições Particulares para as coberturas efetivamente contratadas, as seguintes informações:

6.4. A identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ;

6.5. O número do processo administrativo da Prefeitura Municipal de Uberlândia que identifica o plano comercializado;

6.6. As datas de início e fim de sua vigência

6.7. As coberturas contratadas;

6.8. O Limite Máximo de Garantia da apólice e o Limite Máximo de Indenização, por cobertura contratada;

6.9. O valor, à vista, do prêmio e a data limite para o seu pagamento;

6.10. O nome ou a razão social do segurado;

6.11. O nome ou a razão social do beneficiário, quando for o caso;





PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

6.12. A discriminação, por item, dos imóveis cobertos pelo seguro, incluindo instalações e conteúdo (Bens Móveis), cujos valores em riscos constam do Anexo II deste Edital;

6.13. A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado;

6.14. A informação de que o prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da entrega da documentação completa necessária para esta finalidade.

7. Condições de recebimento:

7.1.1. O bem ou prestação de serviço deverá ser executado em conformidade com a Nota de Empenho e os termos do edital.

7.1.2. A entrega do bem ou da prestação do serviço deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativa prévia.

7.1.4. Os serviços objeto deste edital deverão ser acompanhados de notas fiscal distinta, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho, constando o número, o bem ou serviço, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

7.1.5. O recebimento do objeto deste Edital, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, da prestação do serviço.

8. DO CONTRATO:

8.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, de acordo com o artigo 62 da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e suas alterações, e no inciso XXII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações.

8.2. O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 12 (Doze) Meses, a partir da data de sua assinatura podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, por até 60 (Sessenta) meses desde que confirmada sua vantajosidade a cada prorrogação

8.3. Durante o prazo de vigência contratual, os preços poderão ser reajustados, mediante iniciativa da Contratada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da apresentação da proposta, adotando-se o INPC (índice apurado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

Geografia e Estatística), pela variação relativa ao período de um ano, desde que o novo valor seja compatível com os preços de mercado. A data limite para apresentação das propostas de preços servirá como data base para reajuste.

Havendo posterior solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, decorrente de fatos imprevisíveis, desde que haja seu deferimento mediante análise da Comissão de Realinhamento/motivação, ocorrerá a modificação da data base do item 10.3, passando a mesma a coincidir com a data de solicitação do reequilíbrio.

8.3.1. Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pela contratada.

8.3.2. Desde que devidamente justificado e expressamente previsto no termo aditivo, o direito ao reajuste poderá ser exercido em momento posterior, até o encerramento do vínculo contratual.

9. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:

9.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do *caput* do artigo 58 e no artigo 67, ambos da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e suas alterações, a fiscalização e o gerenciamento da relação jurídica observarão o disposto no Decreto nº 17.786, de 15 de outubro de 2018.

9.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Fiscal de Contrato ou a Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, dará ciência à Contratada para adoção das providências necessárias para sanar os vícios, defeitos e/ou incorreções verificadas, como medidas administrativas iniciais.

9.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

9.4. O Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da Contratada.

9.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato ou da Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, serão encaminhadas ao Gestor de Contrato para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

9.5.1. Caberá ao Gestor de Contrato o controle administrativo-financeiro necessário ao pleno cumprimento do contrato.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela [Lei 13797 de 19 de julho de 2022](#)

11. DA VISITA TÉCNICA:

11.1. As empresas interessadas poderão realizar visita técnica para melhor conhecimento das condições de execução do objeto.

11.2. A visita técnica será acompanhada pelo servidor Gleper Neto De Siqueira Junior nº de matrícula 11475-8 e agendada, por telefone de número 3212-2475.

11.3. O fornecedor que desejar realizar visita técnica deverá agendar dia e horário específico, até 2 (dois) dias antes da sessão, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.

11.4. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais ou de projetos ou amostras porventura disponibilizadas, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras ou de forma a desobrigar a sua execução.

11.5. A visita técnica facultativa pode ser substituída por declaração de que o licitante tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços.

12. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

12.1. Da Contratada:

12.1.1. Prestar os serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

12.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.

12.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

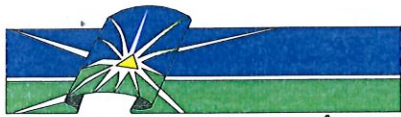
12.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 10 dias úteis.

12.1.5. Assegurar ao Contratante o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

12.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos profissionais e materiais necessários na execução.

12.1.7. Responsabilizar-se pela garantia dos serviços prestados e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.

12.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

12.1.9. Não transferir para o Contratante a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da Contratada, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

12.1.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.1.11. Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado.

12.1.12. Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

13.2. Do Contratante:

13.2.1. Acompanhar e fiscalizar os serviços e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

13.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens executados, se estiverem em desacordo com a especificação e proposta de preços da Contratada.

13.2.3. Comunicar à Contratada todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

13.2.4. Notificar a Contratada no caso de irregularidades encontradas na execução dos itens solicitados.

13.2.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

13.2.6. Conceder prazo de 05 dias úteis, após a notificação, para a Contratada regularizar as falhas observadas.

13.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

13.2.8. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares.

13.2.9. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

13.2.10. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos, sem prejuízo das demais responsabilidades, às sanções dispostas na Lei Federal nº 8.666, de 1993 e suas alterações, e na Lei Federal nº 10.520, de 2002 e suas alterações, e expostas no Decreto nº 18.198, de 1º de agosto de 2019.

14.2. Observar-se-á o disposto no Decreto nº 18.198, de 2019.

14.3. Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

14.4. A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 34 do mesmo Decreto.

14.5. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

14.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

14.7. As sanções relacionadas nos incisos III a V do artigo 3º do Decreto nº 18.198, de 2019, serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ou outro que vier a substituí-lo, e ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Uberlândia – CADUDI.

14.8. Durante o processo administrativo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e suas alterações, como ato lesivo contra a administração pública, cópias necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à Controladoria Geral do Município, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

14.9. Para a execução do contrato derivado deste Termo de Referência, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.


MARLY VIEIRA DA SILVA MELAZO

Secretária Municipal de Administração